

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre e doutorando em Políticas Públicas pela FGV

Um psiquiatra para o Brasil

Em campanhas eleitorais costuma haver de tudo, inclusive surpresas. Para mim, a candidatura do psiquiatra e escritor de livros de autoajuda Augusto Cury foi uma das que mais me surpreenderam.

Ao longo de mais de três décadas, Cury vendeu mais de 40 milhões de livros em dezenas de países. Entre os títulos estão Nunca desista de seus sonhos, Seja líder de si mesmo, O vendedor de sonhos e O homem mais inteligente da história. Nomes que, vistos agora, parecem ter sido escolhidos para uma campanha presidencial.

A decisão chama ainda mais atenção quando se conhece o patrimônio declarado pelo candidato. Cury informou à Justiça Eleitoral possuir R\$ 242,3 milhões em bens, o maior valor entre os presidenciáveis. Aos 67 anos, conhecido por milhões de leitores e estreante na política, ele não precisava de uma candidatura para obter dinheiro ou projeção.

Ainda assim, escolheu disputar a Presidência pelo Avante, partido que tem apenas cinco deputados federais, e aparece com 2% das intenções de voto. Entrou numa eleição polarizada, dominada por dois candidatos que, juntos, concentram quase 70% da preferência do eleitorado.

“Eu nunca encontrei um ambiente tão tóxico como a política. Às vezes, eu sinto que Brasília se tornou como um manicômio e a polarização se tornou esquizofrênica”, disse o presidenciável.

Poucas coisas mexem tanto com as emoções humanas quanto uma eleição presidencial. Não por acaso, uma velha máxima diz que política, futebol e religião não se discutem. Mas política se discute, sim. Sobre tudo durante

uma eleição.

É problemático para a democracia quando os dois candidatos mais bem colocados nas pesquisas não comparecem a um debate para apresentar suas propostas. Foi o que aconteceu no primeiro debate presidencial de 2026, promovido pela Band.

Lula alegou que não havia condições equilibradas para sua participação. A campanha de Flávio Bolsonaro condicionou sua presença à participação de Lula. As justificativas são diferentes, mas o resultado foi o mesmo: os dois evitaram o contraditório.

O cálculo eleitoral é compreensível. Em uma disputa apertada e polarizada, um confronto ruidoso pode produzir erros e alterar os números das pesquisas. Quem está à frente tem mais a perder. Para as campanhas, faltar pode ser uma estratégia. Para o eleitor, é uma perda.

Um debate não serve apenas para assistir a candidatos trocando acusações. É uma das poucas ocasiões em que eles precisam responder a perguntas que não escolheram, ouvir críticas e explicar como pretendem governar. A Presidência impõe situações muito mais difíceis do que um confronto diante das câmeras.

As ausências também criaram uma situação curiosa. O candidato com 2% das intenções de voto teve espaço para falar sobre saúde mental, enquanto aqueles que concentram quase 70% não precisaram dizer o que pretendem fazer nessa área.

A presença de um psiquiatra na disputa abre uma oportunidade para discutir políticas públicas de saúde mental. Não basta, porém, associar a profissão do candidato ao tema. Formação profissional não é programa de governo.

Geraldo Alckmin também é médico e, como vice-presidente, comandou o Ministério do

Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, não o da Saúde. Ronaldo Caiado, que também disputa a Presidência e é médico, tampouco fez da saúde pública o centro de sua trajetória à frente do governo de Goiás. Políticas públicas não surgem milagrosamente da profissão de quem governa.

Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde, os transtornos de ansiedade atingem 9,3% da população brasileira, o maior percentual do mundo. A depressão alcança 5,8% dos brasileiros, o maior índice da América Latina e o segundo das Américas.

O problema também aparece em dados mais recentes. Em 2025, mais de 546 mil trabalhadores foram afastados por doenças mentais. Foi o maior número registrado em dez anos, com ansiedade e depressão entre as principais causas.

A resposta do Estado ainda está distante da dimensão do problema. A saúde mental recebe menos de 2% do orçamento do SUS. Especialistas defendem que o percentual deveria chegar a pelo menos 5%.

Quem procura ajuda não enxerga uma rede desenhada no papel. Quer saber onde será atendido, quanto tempo terá de esperar e se haverá profissionais para acompanhar o tratamento. O Brasil tem Caps e atendimento em saúde mental na Atenção Básica, mas o acesso varia muito de acordo com o município e o bairro onde a pessoa vive.

Os candidatos precisam explicar quanto pretendem investir, como ampliar o acesso e quais resultados esperam alcançar. Saúde mental não pode aparecer na campanha apenas quando um psiquiatra recebe a palavra.

Augusto Cury tem 2% das intenções de voto. Os transtornos de ansiedade atingem 9,3% dos brasileiros. A candidatura é nanica. O problema não.

ARNALDO NISKIER

Escritor. Membro da Academia Brasileira de Letras

Escritores judeus

Numa reunião familiar, pensou-se num grupo de 10 escritores judeus, naturalmente incluindo o meu modesto nome. Vieram à tona especialistas como Clarice e Elisa Lispector, Pedro Bloch, ZeviGhivelder, Celso Lafer, José Mindlin, Moacir Scliar, Gilberto Schwartzman e o Rabino Nilton Bonder. É claro que existem muitos outros, mas a ideia é ficar no limite de dez.

Para pertencer à Academia Brasileira de Letras é indispensável ter nascido no Brasil, como rezam os seus Estatutos. Isso exclui nomes respeitáveis como Pedro Bloch e as irmãs Lispector, todos nascidos na Ucrânia, mais particularmente na cidade de Kiev.

As razões pelas quais esses profissionais vieram parar no Brasil são as mais variadas, em geral o antissemitismo praticado em seus países de origem, o que é de se lamentar.

No livro “Tópicos de Judaísmo”, por mim editado em 2023, analiso o olhar judaico em Machado de Assis: “Ele evoca a beleza bíblica, sem esquecer o drama profundo vivido pelos cristãos-novos”. E numa premonição genial: “Israel tem vertido um mar de sangue, embora à tona delle verdeja a nossa fé, a fé que anima o povo, flor suave e bella, que o medo não desfolha, nem já seca, ao vento mau da cólera dos homens.”

Em “A crista-nova”, há elementos de primeira ordem para recordar as sequelas de um período de intolerância quase inacreditável. Macha-

do valoriza esse pensamento, num comprometimento com as preocupações permanentes com o povo judeu, nas suas ideias de Direito, Justiça e Liberdade. A fidelidade ao povo de Israel transparece no poema quando o pai aconselha: “Ama a lei da natureza eterna, ama um homem que será da nossa raça.”

No poema de Machado, Nuno está impotente diante do Santo Ofício. No final, invertendo as posições, Angela (a filha) evoca o povo judeu e a sua imperecibilidade: “Verdeja a nossa fé, a fé que anima o eleito povo. A jovem crista-nova retorna ao seio do seu povo, o que se dá através do sacrifício.” Como se vê, Machado de Assis tinha bem presente a existência do povo de Israel, e assinalada isso em sua obra.

ARISTÓTELES DRUMMOND

Jornalista e escritor

Um projeto comum para o Rio

A situação do Rio de Janeiro chegou a tal ponto que um acordo político de alto nível precisa estar preparado para o dia seguinte da eleição. A responsabilidade deve ser compartilhada pelas forças políticas mais responsáveis e em combinação com o Judiciário. E incluir entidades de classe patronais e operárias, formadores de opinião e a mídia em geral. Este Correio da Manhã já tem dado sua contribui-

ção ao dar espaço editorial aos poderes municipais e estadual, conscientizando a população para o que vem sendo feito e o que precisa ser feito.

A dívida estadual, apesar de avanços positivos, ainda é impagável. Urge negociar e gerar programa de contenção de despesas e controles. Projetos abandonados, como a privatização da Cedae, devem ser retomados. A segurança nos trens é essencial para que se dobre o uso em curto prazo e com pouco investimento. Hoje, a ferrovia transporta menos da metade do que há 20 anos.

A questão da segurança exige integração dos governos municipais, estaduais e federal. No Rio e em muitas regiões metropolitanas pelo país, assusta e intranquiliza a população e afeta a economia.

O momento é de sacrifícios e não de distribuição de benesses. Sem entendimento amplo, a situação só tende a se agravar.

O desafio envolve toda a sociedade e a oportunidade de corrigir rumos com grandeza é essa, às portas da eleição que renova Executivos e Legislativos.

Naufregar é um risco de todos os envolvidos.